



# OS CIRCUITOS DO EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM GOIÁS: IMPLICAÇÕES DO PACTO EMPRESARIAL PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS POBRES

---

**Rosivaldo Pereira de Almeida**  
*Universidade Estadual de Goiás*

## RESUMO

O trabalho discute os circuitos do empresariamento da educação pública em Goiás e objetiva desvelar a treinalidade reificada como categoria de análise e conceito fundamental para a compreensão da escolarização dos jovens pobres, no contexto goiano do desenvolvimento desigual e combinado e da acumulação flexível do capital. Revela, ainda, os sujeitos, os interesses e a intencionalidade política e pedagógica presentes no Pacto pela Educação, nosso ponto de partida para a análise.

**Palavras-chave:** Pacto pela Educação, Trabalho docente, Treinalidade reificada.

# THE CIRCUITS OF PUBLIC EDUCATION BUSINESS IN GOIÁS: IMPLICATIONS OF THE BUSINESS PACT FOR THE SCHOOLING OF POOR YOUNG PEOPLE

---

## ABSTRACT

The work discusses the circuits of public education entrepreneurship in Goiás and aims to unveil reified training as a category of analysis and a fundamental concept for understanding the schooling of poor young people, in the context of Goiás, the uneven and combined development and the flexible accumulation of capital. It also reveals the subjects, interests and political and pedagogical intentionality present in the Pact for Education, our starting point for the analysis.

**Keywords:** Pact for Education. Professorial Work. Reified Training.

## INTRODUÇÃO

A análise dos circuitos de desenvolvimento do capitalismo em Goiás, bem como dos processos de empresariamento da educação pública, já foi feita por Almeida e Rosa (2019), bem como a análise da inserção de Goiás no movimento de internacionalização do capital globalizado. Defendemos que a escolarização é parte estruturante desse processo, sendo uma das condições gerais de produção (CGP) necessária à reprodução ampliada do capital, na lógica da acumulação flexível. Essas análises, de 2019, se encontram mais bem desenvolvidas na tese de doutoramento “Armadilhas no Labirinto: escolarização e trabalho docente desafiados pelo Pacto da Educação em Goiás” (Almeida, 2018).

Conforme Almeida e Rosa (2019) a leitura do desenvolvimento da economia e da política goianas, fundamentadas nas teorias do desenvolvimento desigual e combinado (Oliveira, 1987) e na categoria acumulação flexível do capital (Harvey, 1993), evidencia que o estado de Goiás não é totalmente atrasado ou simplesmente moderno. É, de fato, ao mesmo tempo, atrasado e moderno, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e produtivo. Isto é, o mais desenvolvido (industrialização induzida do agronegócio) se alimenta do menos desenvolvido (atraso político e cultural) e se tornam um mesmo movimento que se entrelaça, formando uma totalidade necessária à reprodução do capital.

O político e o econômico se misturam, dando forma a um macroprojeto societal, cujas bases se ancoram numa espécie de prática política patrimonialista, com fortes traços coronelistas, figurada na expressão popular “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. No gradiente dessa forma histórica de sobrevivência encontram-se os jovens pobres, os quais experimentam variados processos complexos de exclusão, a partir de mecanismos objetivos e subjetivos de eliminação.

A estigmatização da juventude, os aprisionamentos em massa e a eliminação física dos jovens nas periferias, justificados nos autos de resistência, exemplificam e dão forma à necropolítica fascista operacionalizada no Estado de Goiás. Nossa tese é que, para além dos processos de exclusão operacionalizados no interior da escola, já revelados na teoria de Bourdieu (1998), os jovens pobres são fisicamente eliminados pelo Estado. Isso acontece de forma constante e orquestrada e vai da negação de políticas públicas para a juventude à eliminação física por meio dos aparatos policialescos.

De acordo com o jornal *Opção*, de 3/12/2023, Intervenções da polícia causaram 30,2% de todas as mortes violentas no estado. Com 3,2% da população, Goiás tem 8,3% de todas as mortes em intervenções policiais do Brasil, segundo dados do Anuário Brasileiro da Segurança Pública. Dados atualizados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam: de cada 10 assassinatos que ocorrem em Goiás, 5,7 são executados pelas forças de segurança pública<sup>1</sup>. Salientamos ainda que 68,1% mortes por intervenções policiais são de jovens com faixa etária de 18 a 29 anos. Nada mais perverso.

Mas o que a reforma educacional goiana e o pacto empresarial da educação têm a ver com a matança da juventude pobre e periférica em Goiás? Quais as implicações

e perversidades do Pacto para a escolarização dos jovens pobres? Qual é a intencionalidade política e pedagógica do Pacto da Educação? Serão essas questões que abordaremos neste artigo.

### **Primeira Estação: o Pacto da Educação como ponto de partida para análise**

Antes de um jovem pobre ser fisicamente eliminado nas periferias de uma grande cidade existe outras formas de eliminação que são constitutivas e fazem parte de um mesmo processo que se inicia na escola. Isto é, a eliminação física é o coroamento e a materialização de um ato objetivado por uma situação de letalidade. No âmbito escolar, a eliminação se realiza a partir de mecanismos subjetivos, do destroçamento da subjetividade, acompanhado da internalização do fracasso escolar. Mesmo com a capacidade do estado de difusão da ideologia liberal, especialmente das falsas crenças na meritocracia ou na crença não refletida da ideia de equidade, a realidade é mais forte que a teoria e parte dos jovens, sem qualquer esperança de melhoria das condições materiais de existência, decidem abandonar a escola rumo ao chamado mercado de trabalho<sup>ii</sup>.

As reformas implementadas na educação escolar estadual, especialmente a partir de 2011, são constantemente justificadas pelos aspectos positivos que trazem ao desenvolvimento econômico e produtivo do estado, com ênfase na necessidade de inovação técnica e tecnológica permanente, que se deve buscar em todos os setores da economia e na educação. Aparentemente, a inovação técnica e tecnológica seria o cerne das reformas educacionais, mas, na essência, sob a égide da acumulação flexível, a escolarização vai sendo modificada estruturalmente – conteúdos, metodologias de ensino e formas de avaliação –, objetivando atender as demandas do capitalismo no seu movimento real de reprodução e desenvolvimento (Almeida; Rosa, 2019).

No Brasil, o empresariamento da educação se intensificou a partir da constituição da organização Todos pela Educação (TPE)<sup>iii</sup>. Trata-se de um movimento empresarial que tem interferido sistematicamente nas políticas de educação básica e de formação de professores, contribuindo enormemente para a materialização da teoria do antivalor na realidade econômica e política brasileira, a destruição dos direitos sociais e a privatização da educação pública (Oliveira, 1998).

Esses reordenamentos das políticas sociais são fundamentais à manutenção e ao desenvolvimento do regime de acumulação flexível. Agências internacionais como Unesco, Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como organizações empresariais nacionais como Confederação Nacional da Indústria e do Comércio e o TPE, defendem reformas estruturais no campo educacional, apregoando a urgente necessidade de a escolarização se alinhar ao pensamento empresarial, bem como aos seus valores, sentimentos e atitudes perante o projeto de desenvolvimento ultraliberal.

O que se consolidou na conjuntura internacional dos últimos 30 anos foi a construção de um consenso em torno de uma concepção de escolarização

totalmente vinculada à ideia de que, por meio da escola, será possível alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento técnico e tecnológico dos países do centro do capitalismo, totalmente subordinada à ideologia neoliberal, no que diz respeito ao entendimento de como deve ser a formação de uma pessoa. Isto é, o que está em jogo é a formação de humanos de novo tipo, adequado ao individualismo, à acumulação flexível e ao desenvolvimento capitalista.

Agentes importantes, como os organismos internacionais, as corporações, os bancos, as empresas privadas e os governos se organizaram num movimento amplo e opressivo que dominou o debate educacional das décadas de 1990 e 2000. Impuseram, ainda, suas ideias e concepções educativas na elaboração, gestão e implementação de reformas educacionais de cunho ultraliberal em diversos países, dentre eles o Brasil.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia no ano de 1990, é apontada por muitos estudiosos como o marco inicial desse amplo movimento a se consolidar. Financiada a Unesco pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial (BM), a conferência contou com a participação de governos de 155 países, além de inúmeras agências multilaterais, organizações não governamentais e associações educativas (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007).

Foi a partir da Conferência Mundial Educação para Todos que a organização “Todos pela Educação” foi formada em estreita articulação com a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca). A Reduca é formada por organizações sociais de 14 países latino-americanos e apresenta, em seu repertório, o objetivo de participar ativamente dos processos e práticas educativas formais e contribuir para a construção das políticas educacionais dos países da América Latina. A rede foi formada no Brasil, no dia 16 de setembro de 2011, quando os países participantes assinaram a Declaração de Brasília. A rede trabalha com a ideia de resolver as questões sociais como pobreza, desigualdade e discriminação por meio da educação escolar inclusiva, equitativa e de qualidade total.

Entendemos o Pacto pela educação em Goiás como síntese da política educacional, resultado da articulação e o entrelaçamento da esfera pública com a iniciativa privada, sobretudo a partir dos anos 1990, em níveis que abrangem o regional, o nacional e o internacional, envolvendo governos, empresariado e organismos internacionais como BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BID é um banco que financia projetos estruturais e estruturantes para os Estados e os empresários de médio e grande porte nas Américas. A título de exemplo, para compreendermos o nível de articulação do banco com o Brasil, apresentaremos dois gestores públicos brasileiros que mantiveram estreita relação com o BID em contextos diferentes: 1. No ano de 2014, Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo Dilma Rousseff, assumiu a presidência do conselho de governadores do BID, cuja sede é na cidade de Washington, nos Estados Unidos da América. 2. Em março de 2017, o Ministro da

Educação Mendonça Filho foi pessoalmente à sede do Banco para se reunir com os diretores, a fim de angariar mais dinheiro para estruturar projetos voltados para a educação infantil e o financiamento do Médio Tec implementado no governo de Michel Temer. O banco libera crédito em dinheiro, desde que os Estados adêquem suas políticas à lógica ultraliberal do empreendedorismo individual, da competitividade e da predominância da iniciativa privada, inclusive com exigências de parcerias público-privadas e realização de privatizações.

### **Segunda Estação: em busca do consenso perdido e o pacto em si**

Em nosso entendimento, o pacto é síntese das articulações de interesses políticos, econômicos, empresariais e educacionais nos quais se apresentam uma concepção de trabalho docente praticista e a escolarização como sinônimo de treinalidade, reveladas através das análises das diretrizes da reforma educacional goiana, dentre outros documentos analisados em pesquisa (Almeida, 2018). Esse entrelaçamento se materializou em Goiás por meio da organização Todos pela Educação, momento de constituição de um novo contrato em torno da escolarização, no ano de 2006 (Pires, 2015).

A pesquisa “Armadilhas no labirinto: escolarização e trabalho docente desafiados pelo Pacto da Educação em Goiás” analisa o Circuito de Gestão do Instituto Unibanco, o Programa Reconhecer da Secretaria do Estado da Educação, Cultura e Esportes (Seduc), o Currículo Referência do Estado de Goiás como mecanismos de controle e gerenciamento do trabalho docente e da escolarização dos jovens pobres. Trata-se de uma tese de doutorado, defendida na Universidade Federal de Goiás, no ano de 2018. O autor defende que o trabalho docente se tecnificou e a escolarização se constituiu em treinalidade reificada. No limite de sua análise, o trabalho docente tecnificado e a escolarização como treinalidade se constituem em eficazes mecanismos nos processos de reificação (Almeida, 2018).

Em nosso entendimento, os jovens pobres atônitos, mergulhados na competitiva atmosfera escolar, sob a égide das ideologias e das cobranças por resultados nos mais variados sistemas avaliativos dos testes standardizados, se veem alheios e impotentes diante da possibilidade concreta de ascensão social por meio da escolarização, e, frustrados, partem para as práticas de violência no interior dos sistemas de ensino, até o limite de serem vomitados das instituições escolares, familiares ou outras formas de sociabilidade. Muitos, sem nenhuma perspectiva, são acolhidos pelo crime e têm seus destinos traçados. Ou são fisicamente eliminados ou, se tiverem sorte de escaparem com vida, são encarcerados.

Esse processo não é simples. A escolarização dos jovens pobres e a consequente eliminação ideológica no interior do sistema escolar, o aprisionamento e a eliminação física fazem parte de um mesmo movimento. Seria uma ingenuidade acreditar que, no contexto na necropolítica fascista, em um estado marcado pelos retrógrados manditismo, clientelismo e patrimonialismo, fossem construídas políticas públicas de libertação dos jovens pobres, inclusive políticas educacionais

libertadoras. É nesse contexto político, econômico e social que se deu o pacto empresarial pela educação.

A gestão do Pacto pela Educação envolveu os meios de comunicação de massa, o governo de Goiás, grupos de políticos de diferentes partidos aliados do governo, organizações sociais, empresários e educadores goianos que acreditaram nas propostas apresentadas pelos articuladores da organização TPE no Estado.

O comitê regional do TPE foi criado no dia 20 de dezembro de 2007, na Sede da Associação Comercial e Industrial de Goiás (Acieg), pelo então Deputado Estadual Thiago Peixoto (PMDB), a Deputada Federal Raquel Teixeira (PSDB), a Professora Eliana França (ex-secretária de Estado da Educação de Goiás) e o então Senador Marconi Perillo (Almeida; Rosa, 2019).

No evento de fundação, a educação de qualidade foi apresentada pelos articuladores da organização TPE em Goiás. Thiago Peixoto ressaltou o caráter suprapartidário da iniciativa e afirmou: “A educação de qualidade a ser proporcionada pelo movimento vai gerar benefícios a curto, médio e longo prazo. Podemos citar a redução da criminalidade, o crescimento econômico e o desenvolvimento social”<sup>iv</sup>. Nada mais falso.

O fato revela três detalhes importantes para pensarmos os interesses por detrás do lançamento do comitê regional: o consentimento em torno da proposta educacional da organização TPE, capaz de aproximar tradicionais partidos de oposição, o então PMDB e o PSDB em Goiás; a afirmação de que a educação proposta pela organização TPE é de qualidade; e o fato do lançamento ser na sede da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás (Acieg) em Goiânia e não em outro lugar (Almeida; Rosa, 2019).

Na aparência, PMDB e PSDB são partidos de oposição na arena política do Estado de Goiás, mas na essência são tradicionais partidos agremiadores de grupos políticos conservadores e reacionários que defendem os interesses comuns do capital. É nesse sentido que a participação de Thiago Peixoto na formação do comitê da Organização Todos pela Educação expressa interesses comuns na educação pública em Goiás que vão muito além das siglas partidárias, conforme Almeida e Rosa (2019).

Ao afirmar que a educação da organização Movimento Todos pela Educação é de qualidade e traria benefícios como redução da criminalidade, crescimento econômico e desenvolvimento social, o político Thiago Peixoto expressa uma concepção de educação comum à teoria do capital humano. A escolarização, nesta perspectiva, é considerada mola propulsora do desenvolvimento econômico e social e, no mesmo movimento, instrumento garantidor da coesão social. Educação de qualidade seria aquela que propicia o crescimento do capital e seu intrínseco processo de acumulação, bem como o desenvolvimento da sociedade burguesa. É o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção necessárias ao capital, porém com intensificações dos processos de escamoteamento das estruturas de exploração capitalistas (Almeida; Rosa, 2019).

A criação do comitê na sede da ACIEG, e não em outro lugar, sinaliza que o empresariado goiano dos três setores da economia tem interesses nos processos de escolarização dos jovens goianos. A Acieg é uma organização cujo objetivo principal é a defesa dos interesses políticos e econômicos do empresariado goiano, que se entrelaçam.

O pilar de atuação da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás (Acieg) é a defesa incondicional do empresariado e dos princípios de organização e união para vencer os novos desafios em um mundo globalizado e competitivo. A história empresarial de Goiás é a própria história de lutas e conquistas da Acieg, iniciada em 1937. Com uma trajetória gloriosa, a Entidade está voltada para o presente e o futuro do nosso Estado<sup>v</sup>.

Desse modo, compreendemos que o Pacto pela Educação, deflagrado pela organização TPE em Goiás, é, sobretudo, empresarial, e manifestou-se como produto de articulações entre pessoas vinculadas ao mundo dos negócios capitalistas, isto é, os empresários interessados nos fundos públicos, bem como nos processos de escolarização dos jovens goianos, para perceber a educação como mercadoria e meio para obtenção de lucros.

De acordo com Almeida e Rosa (2019), no Brasil a escolarização passou a ser apresentada não mais como direito público subjetivo, propriedade social exclusiva do Estado, ou, como defendeu Oliveira (1998), antimercadoria, salário indireto formado através da lei do antivalor, mas como serviço a ser ofertado por atores da “sociedade civil”. Como exemplos, temos as organizações sociais, organizações não governamentais e projetos vinculados a fundações empresariais, especialmente aquelas ligadas ao capital financeiro, como a Fundação Bradesco, o Instituto Unibanco ou o Instituto Ayrton Senna<sup>vi</sup>.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a educação é um direito social, assim como a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Além de ser um direito na carta constitucional, a educação é dever do Estado e da família. O dever do Estado se efetua mediante a garantia do acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, que por força da lei constitucional tornou-se, no Estado brasileiro, direito público subjetivo (Brasil, 2000).

Na realidade, o que se materializa com essa perspectiva educacional mercadorizada é a formação de jovens do tipo empreendedor do seu próprio fracasso e a total responsabilização individual. Isto é, a negação social do fracasso em uma sociedade, cujas relações sociais é marcada pelo trabalho alienado. Não se trata de formar para a autonomia, mas adestrar para uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, de jovens inempregáveis, sobrantes, sem perspectiva alguma de futuro e coisificados pelo sistema educacional opressor. Impossível imaginar algo pior.

O que temos que perceber é que se constituíram significativas mudanças nas legislações que dizem respeito ao terceiro setor, posteriores à promulgação da Constituição de 1988, que possibilitaram a participação das OS, ONGs, OSCIP e das fundações nos processos de escolarização, além do acesso aos fundos públicos por meio das parcerias público-privadas (PPP)<sup>vii</sup>.

No caso do Estado de Goiás, as parcerias firmadas com a Fundação Ayrton Senna, que implementou os Programas “Acelera” e “Se liga” entre os anos de 1999 e 2004, e com o Instituto Unibanco (IU), com implementação do Projeto Jovem de Futuro – Circuito de Gestão, exemplificam o processo de privatização do público e de acesso aos fundos públicos que são destinados à iniciativa privada (Almeida; Rosa, 2019). No limite da nossa análise, o empresariado dá o tom da “música” a ser cantada e os jovens pobres foram colocados para dançar a dança da morte anunciada, literalmente.

A parceria com o Instituto Ayrton Senna foi obtida com a implementação dos programas “Se Liga”, de alfabetização, e “Acelera Brasil”, de aceleração da aprendizagem. O relatório da Controladoria Geral do Estado (CGE) mostra que só no ensino médio foram aplicados R\$ 6.943.989,35 reais para atender aproximadamente 23.000 alunos nesses programas em parcerias público-privadas pagas com o dinheiro público (Silva; Siqueira, 2016).

No ensino médio, realizou-se a parceria da Secretaria de Educação com o IU quando foi implantado o Projeto Jovem de Futuro. Em 2012, o instituto realizou seminário de capacitação da equipe gestora com 220 profissionais que subsidiariam a implantação e execução do projeto (entre coordenadores, supervisores, diretores e professores). Conseqüentemente, no mesmo ano, nas cidades de Goiás e Pirenópolis, foram realizadas oficinas de capacitação, que atenderam 1.490 profissionais (Silva; Siqueira, 2016).

Essas parcerias exemplificam formas discretas de redirecionar os fundos públicos à iniciativa privada. “Ao contrário do que apresentam, esses programas oferecidos pelas empresas e fundações prestadoras de serviços educacionais e contratados pela Secretaria Estadual são pagos com as verbas da educação públicas” (Silva; Siqueira, 2016, p. 273).

O papel do Estado nesses acordos é de colocar os fundos públicos ao dispor dos “novos” agentes (ONGs, Fundações e Oscip) para que realizem atividades privadas, porém de interesse público. É o Estado que qualifica essas entidades, afirmando o reconhecimento de sua capacidade técnica para atuar em parceria ou celebração dos contratos de gestão firmados.

No campo das políticas públicas, o pacto consolida a indistinção entre a esfera pública e a iniciativa privada e, no mesmo movimento, revela a desresponsabilização do Estado com a educação pública. Isto se efetiva com a transferência de atividades como gestão do trabalho pedagógico e outras atividades no âmbito do ensino, bem como com o redirecionamento dos fundos públicos em favor da iniciativa privada e do seu projeto educacional. O processo de redirecionamento dos fundos públicos é uma forma fragmentada e parcelar,

através das parcerias, dos programas e dos projetos vinculados às entidades do terceiro setor (Almeida; Rosa, 2019).

Com a justificativa da busca pela qualidade da educação nos diferentes níveis e modalidades, associada ao discurso da redução das desigualdades educacionais, vários programas e ações foram implementados na rede pública de ensino, em parceria com entidades públicas não estatais. As parcerias firmadas com o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Banco Itaú e o IU exemplificam esse processo de privatização da educação pública.

Por um lado, essas parcerias revelam que partes dos fundos públicos são destinadas a instituições educacionais regidas pelo direito privado, que fazem parte do terceiro setor e são chamadas de organizações públicas não estatais. Por outro, existe um ocultamento dos reais sentidos das parcerias público-privadas: um projeto econômico e político maior de desregulamentação do Estado e de efetiva privatização dos processos de escolarização que se realiza a conta-gotas e de forma sutil (Almeida; Rosa, 2019).

As organizações do terceiro setor se apresentam como alternativas frente às instituições públicas de Estado (muitas vezes consideradas burocráticas e ineficientes) e às instituições privadas do mercado (consideradas como aquelas que só desejam lucrar). Uma espécie de terceira via entre as instituições públicas e as que atuam na iniciativa privada.

A realização dessas parcerias público-privadas só se tornou possível pela disseminação da ideologia neoliberal como parte das estratégias de dominação hegemônica. A escola pública é apresentada como exemplo de instituição de formação considerada precária, marcada pela ineficiência e insolência, em contraposição à escola privada, considerada empreendedora, eficiente e inovadora<sup>viii</sup>. Por muito tempo, o setor público foi objeto de depreciação, taxado de ineficiente em detrimento do setor privado.

A ideia-força balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimo de eficiência, qualidade e equidade. Desta ideia-chave advém a tese do “Estado mínimo” e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser regido pela férrea lógica das leis de mercado. Na realidade, a ideia de ‘Estado mínimo’ significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (Frigotto, 1999, p. 83).

Em Goiás, como forma de justificar a privatização por meio do processo de implantação das OS (Organizações Sociais) na educação, o governo iniciou uma série de propagandas, divulgando que as escolas públicas teriam o mesmo padrão de qualidade das escolas particulares<sup>x</sup>.

Nesse sentido, a política educacional em desenvolvimento, a partir de diversas ações governamentais, se coaduna com os interesses do capital na preparação da força de trabalho e na lógica das empresas capitalistas. No mínimo a escola e a educação escolar seriam geridas utilizando os conceitos e práticas do mundo dos negócios, isto é, o atravessamento do capital na escola e a reestruturação pedagógica do capitalismo por meio dos processos de escolarização dos jovens pobres (Almeida; Rosa, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **Terceira Estação: o feitiço na escola e a subjetividade da juventude pobre frente à treinalidade reificada**

A política educacional goiana e as reformas educacionais implementadas, a partir de 2011, trouxeram significativas implicações para o trabalho docente e para os processos de escolarização: o trabalho docente se tecnicizou e a escolarização se constituiu em treinalidade reificada. Isto é, os sentidos e usos políticos e pedagógicos da escola pública estadual e o que nela acontece, os processos de escolarização de jovens pobres, se constituíram em eficazes mecanismos de reificação social, na algibeira da educação necropolítica, tal como Chaveiro e Almeida (2020) já demonstraram.

A educação tem um caráter necropolítico. O discurso de ódio, de eliminação dos diferentes e da diferença, o culto à personalidade autoritária e à generalização da violência não teriam se constituído sem a educação e a escolarização, principal prática educativa administrada pelo Estado como agente educador. A escola que, especialmente nos anos de 1970, com a produção da teoria da educação libertadora, foi conclamada como instituição que contribuiria com a transformação social, se constituiu, ora como espaço disputado pelos sujeitos que se orientam pela conservação social, instituição que nos discursos aparece atrelada ao desenvolvimento econômico, ora como espaço de inovação e ascensão social, a partir da lógica que se insere na perspectiva da meritocracia e da igualdade de oportunidade.

Se por um lado a escola se reproduz como espaço de controle dos corpos, do tempo, do espaço e das relações sociais, por outro, através da tecnificação do

trabalho docente e do aparato tecnológico utilizado como mecanismo da treinalidade ela se constitui como um lugar de controle das mentes, dos anseios, dos desejos e dos corações. Desde a reafirmação dos instrumentos balizadores da equidade à reprodução ideológica da meritocracia, passando pelas condições de trabalho e pela forma como se dá a organização do trabalho pedagógico, a escola continua firme na eliminação dos jovens pobres, especialmente de negros.

A função dos técnicos do Instituto Unibanco e dos tutores educacionais no efetivo acompanhamento e supervisão do trabalho de diretores e coordenadores pedagógicos<sup>x</sup>, a implantação da ADA (com incursões bimestrais por meio de testes standardizados nos moldes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a estruturação de um sistema de reconhecimento e remuneração por mérito (com o estabelecimento do bônus por meio do Programa Reconhecer) indicam a materialidade das mudanças estruturais no trabalho docente e nas matrizes pedagógicas.

Dessa maneira, como é apresentado no documento do pacto e nos demais documentos e orientações que se seguiram para que este fosse implementado, o trabalho docente foi modificado na sua forma e no seu conteúdo. Os professores tornaram-se treinadores dos alunos, para que estes alcançassem bons resultados nas avaliações internas e externas dos testes padronizados. O trabalho docente foi tecnificado, e a escolarização dos estudantes se consolidou como treinalidade reificada.

Chama-se de treinalidade o processo de reificação dos alunos por meio da escolarização tecnificada. Não é um simples treino de conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática para que alcancem bons resultados nas avaliações internas e externas, mas de um tipo de treinamento orientado e fundamentado na racionalidade instrumental da prática empresarial, e, no mesmo movimento, uma forma de captura da subjetividade dos estudantes para pensarem, decidirem, serem e estarem no mundo como empreendedores de si, na competitiva sociedade do capital.

Destarte, na sociedade burguesa, as relações sociais estabelecidas se efetivam de forma reificada. Isto é, as relações sociais são atravessadas e entrelaçadas pelo fenômeno da reificação. A reificação é parte constitutiva de qualquer relação mediada pelas instituições sociais e é fato histórico que envolve diferentes gerações e instituições sociais, bem como relações entre os indivíduos, a cultura burguesa e a sociedade. Ninguém escapa da reificação<sup>xi</sup>. Ao nascermos, em condições materiais de existência já determinadas, e estabelecermos relações sociais de produção mediadas pelas instituições sociais capitalistas, experienciamos o processo de reificação enquanto fenômeno que se realizou historicamente.

Todas as instâncias mediadoras das práticas educativas são atravessadas pela reificação. Ressaltam-se a família, a escola, a religião, o partido político, os movimentos sociais, dentre outras formas de organização da vida social. Essas instituições não só são atravessadas, como também cada uma é parte constitutiva

dos processos de reificação. Para entender como se dá esse processo, se faz necessário refletir sobre o conceito de reificação. De acordo com Lukács (2003),

“com a subordinação do homem à máquina”, diz Marx, a situação chega ao ponto de que “os homens acabam sendo apagados pelo trabalho, o pêndulo do relógio torna-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, tal como a medida da velocidade de duas locomotivas. Sendo assim, não se pode dizer que uma hora (de trabalho) de um homem vale a mesma hora de trabalho de outro, mas que durante uma hora, um homem vale tanto quanto outro. O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, é a personificação do tempo. A qualidade não está mais em questão. Somente a quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada”. O tempo perde, assim, o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de “coisas” quantitativamente mensuráveis (os “trabalhos realizados” pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana) torna-se um espaço (Lukács, 2003, p. 204-205).

A reificação se concretiza no movimento do real de dois processos que fazem parte do metabolismo social do capitalismo: a alienação e o fetichismo da mercadoria. Esses processos não se dão em abstrato, mas se materializam a partir das relações sociais de produção e consumo das mercadorias. Só é possível a explicação da reificação e das relações sociais reificadas se se interpretar a realidade a partir da noção de totalidade, pois as categorias alienação e fetichismo se complementam e se determinam reciprocamente.

Tanto a alienação como o fetichismo são fenômenos específicos do modo de produção capitalista. A mercadoria ganha centralidade e penetra a vida humana na sua produção, distribuição, circulação e no consumo. Ou, ainda, nos casos em que a produção e o consumo se realizam ao mesmo tempo, como é o caso do processo de escolarização. A alienação se realiza no processo de produção, e o fetichismo objetifica-se no consumo. No primeiro processo, o produtor não se reconhece no trabalho, pois o dispêndio da força física e intelectual não mais lhe pertence, mas a quem o contratou. Tanto o produto do trabalho como os meios de produção se encontram alheios de si, e o trabalhador não se reconhece no seu trabalho; conseqüentemente, não se reconhece como sujeito de sua própria história.

Esse processo não ocorre de forma simples. No capitalismo, as relações sociais são mediatizadas pela produção, distribuição, troca e pelo consumo da mercadoria. A mercadoria se constitui no objeto que não pertence ao indivíduo da produção, portanto, a relação do homem com o objeto produzido é de total estranhamento. A perda da noção de totalidade na produção da mercadoria contribui com esse processo de tal modo que o indivíduo se especializa numa parte, e o produto que forma uma unidade, como objeto do processo de trabalho, desaparece.

O processo torna-se a reunião objetiva de sistemas parciais racionalizados, cuja unidade é determinada pelo puro cálculo, que por sua vez devem aparecer arbitrariamente ligados uns nos outros. A análise racional e por cálculo do processo de trabalho aniquila a necessidade orgânica das operações parciais que se relacionam umas às outras e que se ligam ao produto formando uma unidade. A unidade do produto como mercadoria não coincide mais com sua unidade como valor de uso. A autonomização técnica das manipulações parciais exprime-se também economicamente na capitalização radical da sociedade, pelo acesso à autonomia das operações parciais, pela relativização crescente do caráter mercantil de um produto nas diferentes etapas de sua produção (Lukács, 2003, p. 203).

A fragmentação e parcialização dos processos de escolarização são necessárias à reificação dos sujeitos participantes. O professor é como parcela isolada e integrada a um sistema estranho, assim como o aluno no “veraneio” da instituição escolar: “A desintegração mecânica do processo de produção também rompe os elos que, na produção 'orgânica', religavam a uma comunidade cada sujeito do trabalho” (Lukács, 2003, p. 205).

Esse processo não se estabelece de maneira isolada na empresa capitalista. Tal estrutura que começa na fábrica se estende a toda a sociedade, não isentando a escola. Conforme Lukács (2003, p. 206), “o destino do operário torna-se o destino geral de toda a sociedade”. Os trabalhos lukacsianos remetem à pulverização da reificação em diversas instâncias de sociabilidade. Partindo da categoria totalidade, o autor desvela como essa estrutura iniciada na fábrica alcançou o mercado, o Estado, os sistemas de pensamento e a ciência.

Nesses termos, concebe-se a reificação como constitutiva dos processos de escolarização mais bem desenvolvidos na Rede Pública Estadual de Ensino em Goiás, a partir da “reunião objetiva de sistemas parciais racionalizados, cuja unidade é determinada pelo puro cálculo, que por sua vez devem aparecer arbitrariamente ligados uns nos outros” (Lukács, 2003, p. 203). Treinalidade, portanto, é síntese do emaranhado de processos que articulam reificação,

praticismo pedagógico e racionalidade instrumental positivista, imbricados aos processos de escolarização<sup>xii</sup>.

O governo se utiliza do aparato estatal do sistema educacional, principalmente da tecnocracia das subsecretarias para burocratizar e instrumentalizar a escolarização no sentido de aligeirar os processos formativos, estabelecendo o praticismo pedagógico. A treinalidade dos alunos é conduzida de modo praticista.

A privatização do público por meio de terceirizações dos serviços; o ensino voltado para possibilitar competências e habilidades, a fim de garantir resultados positivos no Índice de Desenvolvimento Educacional de Goiás (Idego) e no Ideb; a implementação do currículo referência em todo o sistema educacional, objetivando o ensino para a empregabilidade; a implantação do sistema de remuneração por mérito através de bonificação aos professores; e a implantação do circuito de gestão formam um conjunto de ações que fazem parte da política educacional que ocasionou mudanças significativas nos mecanismos de controle e no gerenciamento do trabalho pedagógico.

Nestes termos, a escola foi se desescolarizando e, cada vez mais, foi perdendo suas características propriamente escolares e se constituindo em um espaço de reificação por meio da treinalidade reificada. Isto é, socializando e internalizando, por consentimento, o fracasso escolar dos jovens pobres. Parafraseando Bourdieu (1998), a escola aparece agora como um engodo, fonte de uma imensa decepção para os jovens pobres, semelhante ao horizonte que recua, na medida em que se avança em sua direção. Sem a promessa de a ascensão social ser cumprida pela escolarização, e com os sentidos capturados, a subjetividade destroçada, os desejos e pulsões de vida sequestrados, os jovens são forçados, coletivamente, a encontrar outras formas de sociabilidades e existência. Ainda que isso possa custar a restrição de suas liberdades ou, no limite, a cruel eliminação física. Mas isso abordaremos em outro artigo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosivaldo Pereira de. *Armadilhas no labirinto: escolarização e trabalho docente desafiados pelo pacto da educação em Goiás*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

ALMEIDA, Rosivaldo Pereira de; ROSA, Sandra Valéria Limonta. Os circuitos do empresariamento da educação pública em Goiás e o Pacto pela Escolarização: implicações para o trabalho docente. In: LIBÂNEO, José Carlos et al. (org.). *Em defesa do direito à educação escolar: ditática, currículo e políticas educacionais em debate*. [Ebook] Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

ARAÚJO JÚNIOR, João Ferreira de. *O trabalhador da educação e a acumulação flexível do capital: um estudo do posicionamento do Sintego frente à política educacional de Goiás*. Dissertação (Programa de PósGraduação em Educação) – Faculdade de Educação, UFG, Goiânia, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 26/00 e Emendas Constitucionais nºs 1 a 6/94. Ed. Atual. Em 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CHAVEIRO, Eguimar; ALMEIDA, Rosivaldo. Educação necropolítica. *Atâtôt – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, UEG 1 (2), 102-117, 2020.

CRUZ, José Adelson da; PESSOA, Jadir de Moraes. *Organizações Não Governamentais, Reforma do Estado e Política no Brasil: um estudo com base na realidade de Goiás*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. A pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. *Boletim Técnico do Senac*, v. 25, nº 2, mar./ago. 1999.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (Seduc). Aviso de Chamamento Público nºs 001/2016 destinado à seleção de organização social – Macrorregião IV - Anápolis - 2015. Disponível em: Acesso em: 4 jan. 2016.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

LIBÂNIO, José Carlos. *Considerações críticas sobre o Documento “Diretrizes do Pacto pela Educação: Reforma Educacional Goiana – set. 2011*. Goiânia PUC-Goiás: 2011.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. *A Economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. Políticas do antivalor, e outras políticas. In: HADDAD, Fernando. *Desorganizando o consenso, nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Petrópolis: Vozes, 1998.

PIRES, Emilia Cristine. *O desvelamento do movimento: todos pela educação e seus desdobramentos na política educacional do Estado de Goiás*. 2015. Mestrado em Educação (Dissertação) – Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

Contato com o autor: rosivaldo.almeida@ueg.br

Recebido em: 03/02/2024

Aprovado em: 02/08/2024

---

<sup>i</sup> Fonte: link <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/letalidade-policial-cresce-em-16-estados-no-primeiro-semester-de-2023.shtml#:~:text=%22C3%89%20um%20indicador%20usado%20internacionalmente,a%20uma%20queda%20desses%20crimes.>

<sup>ii</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) sobre educação, divulgados pelo Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 40,2% dos jovens entre 15 e 29 anos que abandonaram os estudos indicaram como principal motivação a necessidade de trabalhar.

<sup>iii</sup> A organização TPE é uma associação “sem fins lucrativos” fundada no ano de 2007 e qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP no ano de 2014. Segundo seu Estatuto Social a entidade objetiva a busca da melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, articulando pessoas físicas e jurídicas, da esfera pública e da iniciativa privada em torno do tema da escolarização básica.

<sup>iv</sup> Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/ver/id/65161/tipo/gabinete/thiago+articula+todos+pela+educacao+em+goias>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>v</sup> Disponível em: <https://acieg.com.br/apresentacao>. Acesso em: 7 maio 2018.

<sup>vi</sup> Um caso curioso é que, no dia 12 de abril de 2017, na Assembleia Geral do Movimento Todos pela Educação, foi apresentado o planejamento estratégico para o biênio 2017/2018 e eleita nova direção do conselho de governança – instância máxima deliberativa da organização. Depois de presidir o conselho, desde sua fundação, em 2006, Jorge Gerdal Johannpeter foi substituído por Denise Aguiar Alvarez, então diretora da Fundação Bradesco no Brasil. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/41864/tpe-apresenta-planejamento-2017-2018-em-assembleia-geral-anual/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

<sup>vii</sup> Leis Federais: [Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](#): Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. [Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004](#): Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. [Decreto nº 7.594, de 31 de outubro de 2011](#): Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. [Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999](#): Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Leis estaduais: Lei nº 14.910, de 11 de agosto de 2004: Dispõe sobre a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas, da constituição da Companhia de

---

Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás e dá outras providências. Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005: Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.

<sup>viii</sup> A tese defendida pelos ideólogos do neoliberalismo é falsa. A análise é feita sem levar em consideração todos os elementos relacionados à expansão da escola pública no Brasil a parcelas anteriormente excluídas e o pouco investimento no ensino público comparado a outros países. O Brasil é um dos países que pouco investem em educação pública, tendo como referência o PIB, sua extensão territorial e a produção da riqueza material.

<sup>ix</sup> Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/qual-sera-de-fato-funcao-das-organizacaoes-sociais-frente-das-escolas-de-goias-54789/>. Acesso em: 28 nov. 2017.

<sup>x</sup> Essa forma de gestão foi posterior ao Pacto Empresarial, principalmente com a implantação do Circuito de Gestão, assim como o estabelecimento do Currículo Referência com conteúdos preestabelecidos na base de dados do SIGE e na inserção dos cadernos aprender mais no cotidiano do trabalho do professor.

<sup>xi</sup> Essa explicação não é definitiva. Acredita-se na possibilidade de existirem grupos humanos que estão alheios às relações capitalistas de produção: os indígenas e nativos de diversas etnias que ainda vivem no estado de natureza ou aqueles que se encontram nas regiões de fronteira e resistem ao avanço do capitalismo. Essa afirmação diz respeito apenas ao homem que vive atravessado por relações sociais capitalistas.

<sup>xii</sup> O positivismo é o procedimento de razão que se realizou historicamente no capitalismo. Trata-se da negação da totalidade e da mediação nos processos de explicação da realidade. Os sistemas burocráticos foram construídos a partir da lógica positivista. Para Lukács (2003, p. 219), a burocracia se constitui num sistema de adaptação do modo de vida, do trabalho e da consciência aos pressupostos socioeconômicos gerais da economia capitalista.